

Janotti, Maria de Lourdes Monaco. “Imprensa e Ensino na Ditadura”. In: Antonio Celso Ferreira, Holien Gonçalves Bezerra e Tânia de Luca. (orgs.) No prelo:

Resumo:

Na década de 60, as representações jornalísticas do movimento estudantil - onde se inclui a crise do Colégio de Aplicação da USP- têm caráter imediatista e fragmentário, variando conforme a posição do jornal frente à repressão militar. Devido à triagem editorial não há continuidade no noticiário, muitas versões não são fidedignas e nem sempre as tragédias pessoais vêm a público. Manifestos, declarações e pronunciamentos divulgados nem sempre guardam a devida fidelidade ao documento original. Os noticiários, reveladores de forte carga ideológica, permitem em muitos aspectos suplantar as memórias individuais, pois estão imersos no universo mais amplo da política, não obstante pertencerem ao seu ritmo mais ágil.

Imprensa e Ensino na Ditadura¹

Maria de Lourdes Monaco Janotti
USP

A atmosfera desenvolvimentista

Nos anos 50 e início dos anos 60 muitas transformações impulsionavam a sociedade brasileira. A modernidade redesenhava as capitais, a industrialização parecia acenar para a redenção do proletariado, a vida cultural adquiria um ritmo vertiginoso, a esfera acadêmica ampliava-se com a publicação de obras voltadas para a realidade brasileira, novas perspectivas estéticas revigoravam o teatro, as artes plásticas, a arquitetura, a música popular e a literatura. Vivia-se a atmosfera do progresso também na educação e no ensino.

Todas as disciplinas da área de Ciências Humanas foram influenciadas pelo desenvolvimentismo em suas diferentes nuances, preocupadas que estavam em explicar e superar a dependência econômica do país.

O ensino de qualidade e a democratização de todos seus níveis eram assuntos debatidos pelos jornais, atingindo setores da opinião pública. A *Campanha em defesa pela escola pública* em 1959 e a tramitação das leis de Diretrizes e bases da educação nacional de 1961 mobilizaram universidades, partidos e sindicatos.

Professores licenciados do magistério oficial militavam por reformas educacionais e administrativas que valorizassem as escolas públicas, contagiando o cotidiano escolar. Dermeval Saviani² identifica a defesa da escola pública com tendências da moderna da educação humanista, distinguindo três correntes: a do liberal-pragmatismo, constituída pelo grupo dos educadores ligados à tradição da Associação Brasileira de Educação; a do liberal-idealismo, representada pelo núcleo de professores das áreas de História e Filosofia da Educação da USP; e a do grupo de sociólogos liderado por Florestan Fernandes, com conotações socialistas. O liberal-idealismo se articulava com a concepção humanista tradicional sedimentada na ética kantiana. O liberal-pragmatismo se prolongaria na década de 70, com adaptações, na tendência tecnicista. O grupo de sociólogos apontava na direção da concepção dialética.

¹ Este trabalho faz parte do projeto intitulado “Relações de poder, imprensa e produção historiográfica”, desenvolvido pelo GT de Política de São Paulo.

² Saviani, Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. In: Mendes, Durmeval Trigueiro (cord.) *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983. p. 19-25.

Essas tendências ideológicas, profundamente difundidas entre os professores da USP, estavam indiretamente presentes quando da fundação do Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo em 1957. A escola destinava-se ao exercício da prática de ensino dos licenciandos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras³ e, também, à aplicação de novos métodos e técnicas de ensino. Em pouco tempo de existência, apenas 10 anos, o CA adquiriu reputação de ser um dos principais núcleos do ensino renovado e crítico do país.

Apesar de alguns estudiosos enfatizarem a influência dos críticos da reforma Capanema nas propostas de renovação do ensino, a especificidade dos textos produzidos por professores do CA induz a que se considere decisivo o conhecimento que se processava na FFCL-USP nas diferentes disciplinas. O pensamento analítico-crítico das ciências humanas, a divulgação de bibliografia estrangeira, os novos métodos de ensino de literatura e línguas e o estudo conseqüente de posturas epistemológicas foram decisivos para criar uma escola de alto padrão como o CA. Conhecimento criativo, engajado nas mudanças conjunturais, associou-se com práticas didáticas inovadoras: emprego de várias dinâmicas para trabalho em grupo, incentivo de atividades extracurriculares (música e teatro), coordenação de diferentes disciplinas em torno de uma temática, viagens para estudar in loco uma região (estudo do meio).

Depoimentos coletados entre professores e alunos do Colégio de Aplicação revelaram potencial significativo quanto à valorização das ações pedagógicas praticadas na escola. Muito além do registro de experiências vivenciais únicas, as lembranças expressaram o sentimento de ter vivido um momento histórico importante do ensino de qualidade, interrompido bruscamente pela repressão da ditadura militar e pelos equívocos da política educacional.

Não foi apenas no magistério público que se manifestou o desejo de tornar o ensino mais dinâmico. Em meados dos anos 50, a Associação de Educadores Católicos, pretendendo renovar a escola confessional sem abrir mão dos objetivos religiosos, organizou palestras e cursos intensivos com o Pe. Pierre Fauré, divulgador das idéias de Montessori e Lubienska. Foi fundado o Instituto Pedagógico Maria Montessori⁴ ligado à Associação Montessori Internacional, com sede na Holanda. Após o Concílio Vaticano II a Igreja através dos movimentos de Ação Católica, tendeu a se comprometer concretamente na defesa dos interesses populares. Setores da Ação Católica passaram a

³ Exigência das leis da Reforma Capanema.

⁴ Inicialmente recebeu o nome de Instituto Pedagógico Montessori-Lubienska.

desenvolver crescente participação política organizando o Movimento de Educação de Base. Surgiu ainda o Movimento Paulo Freire de Educação de Adultos com nítida inspiração cristã. Católicos acabaram também por ultrapassar a tendência humanista tradicional, aproximando-se da concepção dialética da história.⁵

A nova perspectiva do pensamento católico não se encontra apenas em escolas confessionais, também essa linha ideológica orientou os Colégios Vocacionais de São Paulo, notadamente em seus primeiros momentos.⁶

Esse clima de efervescência cultural foi abruptamente interrompido pelo golpe militar de 1964, que sob a acusação de subversão terminou por extinguir todas as escolas renovadas do país.

A crise do Colégio de Aplicação⁷

No momento em que a Universidade de São Paulo estava sob Inquérito Político-Militar, em evidente violação de sua autonomia, convivendo com invasão de salas de aula por policiais armados em busca de alunos procurados como ativistas, presenciando a prisão e cassação de seus professores, instaurou-se a denominada crise do Colégio de Aplicação.

Atuavam diretamente no CA docentes do recém - criado Departamento de Educação da FFCL da USP, vinculados aos Serviços de Orientação educacional e de Orientação pedagógica, dirigidos respectivamente pela Profa. Maria José Garcia Werebe e pela Profa. Amélia Americano Domingues de Castro. Em outubro de 1967, discordâncias pedagógicas e ideológicas entre os dois Serviços manifestaram-se na comissão que deveria elaborar um anteprojeto adaptando o Regulamento do Colégio à estruturação do Departamento de Educação. O texto redigido, sem unanimidade dos membros da comissão, atribuía ao Serviço de Orientação pedagógica a responsabilidade da direção da escola. Submetido ao Conselho Departamental, apesar de fortes objeções, o anteprojeto foi aprovado.

Informado das resoluções do CD, entendeu o diretor do Colégio de Aplicação, Prof. Clóvis da Silva Bojikian, que seu mandato duraria apenas até o fim do ano,

⁵ In Mendes, Durmeval Trigueiro (coord.) *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983,p.19.

⁶ Tamberlini, Angela Rabelo Maciel de Barros. *Os Ginásio Vocacionais: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador*. São Paulo, Annablume/Fapesp,2001.

passando a avisar professores e alunos de sua próxima saída. A reação dos alunos, professores e pais foi imediata porque o diretor era admirado por sua dedicação e competência.

Os alunos organizaram-se imediatamente em assembléia e divulgaram manifesto no qual afirmavam que CA era para alunos e não apenas para estagiários da FFCL. Reuniões e assembléias sucederam-se no dia 9 de outubro. Nelas, o Setor de Orientação pedagógica defendia a posição do DE, sob contestação da maioria de alunos, pais e professores presentes. Tentando intermediar o conflito, foi eleita uma comissão de pais.

No dia 10 de outubro, com um único voto contrário, o da Profa. Maria José Werebe, o Conselho do DE demitiu o diretor do CA.⁸ A nova diretora, Profa. Julieta Ribeiro Leite, coordenadora das Classes Integradas do curso ginásial, enfrentaria os piores momentos da crise.⁹

Ao saber que a demissão do diretor era fato consumado, os alunos entraram em greve. Pretendendo contornar as dificuldades do momento o diretor do DE, Prof. Roque Spencer Maciel de Barros, suspendeu as aulas até o dia 19. Nesse meio-tempo, foram negadas duas solicitações da Profa. Maria José Werebe para reabrir as discussões sobre o anteprojeto, assim como várias outras no mesmo sentido, em forma de abaixo-assinados.

Todavia, a repercussão da greve atingiria os estudantes universitários. Os alunos do Curso de Pedagogia da FFCL divulgaram manifesto, datado de 12 de outubro, contra as arbitrariedades do Departamento. Denunciavam o acontecido como um golpe que o grupo reacionário havia perpetrado contra a prática da Orientação Educacional na Faculdade, privilegiando a Metodologia do Ensino, que já dirigia o Setor de Orientação Pedagógica do colégio e pelo anteprojeto ficaria também responsável pela direção. Vinculavam esse golpe com a reestruturação da USP sob as diretrizes dos acordos com o governo norte-americano, denominado MEC/USAID. O movimento estudantil alastrava-se; concentrações e assembléias discutiam os rumos da Universidade, propugnando por uma administração paritária de alunos, professores e funcionários.

O Conselho do Departamento de Educação, através de seu diretor, permaneceu intransigente às solicitações de reconsideração do caso, passando a veicular seus

⁷ O relato mais detalhado da crise encontra-se em Janotti, MLM. Problemas metodológicos: depoimentos e repressão. Cadernos CERU, série2, nº12, 2001.

⁸ Atas das reuniões do Conselho do Departamento de Educação, reunião do dia 10 de outubro de 1967.

⁹ Tomou posse no dia 13 de outubro, substituindo o Prof. José Augusto Dias que exercera o cargo, durante três dias, em caráter provisório.

comunicados aos pais e aos alunos pelo jornal O Estado de S. Paulo, mantendo tom autoritário e tornando público o que lá se passava.

No dia 19 alunos faziam piquete de greve na porta da escola, impedindo a entrada de seus colegas, quando se aproximou uma viatura policial tocando sirene. Assustados, entraram de roldão no prédio. Realizaram, então, uma rápida assembléia que decidiu ocupar o Colégio e considerá-lo território livre. Reivindicavam o afastamento da nova diretora e a participação de alunos e professores na elaboração do novo regimento interno da instituição.

Indignado o Conselho do DE decidiu devolver o CA à Secretaria de Educação, porém o Conselho Técnico Administrativo da FFCL foi contra. Os ânimos tornavam-se incontroláveis de todos os lados. Estudantes de outros estabelecimentos solidarizavam-se com os alunos do CA pelos jornais. Na escola ocupada compareciam integrantes de vários Centros Acadêmicos, da União Brasileira de Estudantes Secundários e intelectuais faziam conferências no horário das aulas.

Uma tentativa de conciliação, com a presença do Diretor da Faculdade Prof. Erwin T. Rosenthal e do Prof. Roque Spencer M. Barros, deu-se na madrugada do domingo, dia 22, tendo os estudantes pedido prazo até o dia 23, quando realizariam uma assembléia geral para responder ao diretor e, provavelmente, encerrar o movimento. Acreditando que os alunos estavam apenas ganhando tempo, os professores procuraram o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Cel. Sebastião Ferreira Chaves, pedindo que o prédio fosse cercado e que se concedesse prazo para a retirada dos alunos. O Secretário atendeu ao pedido e encarregou o Delegado Adjunto Alcides Cintra Bueno Filho da Dependência Especializada de Ordem Política e Social para sua execução. A ação se efetivou no mesmo dia às 23,30 h, quando chegaram ao Colégio carros de polícia com sirenes ligadas, transportando investigadores e guardas. Estes não se limitaram a ficar do lado de fora, invadiram a escola desocupando-a em poucos minutos.

A atitude dos diretores tornou irreversível a deterioração das relações pessoais no interior do CA, no Departamento de Educação e na FFCL. Criou-se uma grande celeuma em torno do uso da violência na expulsão dos alunos, dividindo todos os envolvidos.

Revoltada com os acontecimentos, a Profa. Maria José Werebe apresentou ao diretor da FFCL contundente ofício, acompanhado de volumoso relatório, contra as atitudes tomadas pelo Conselho do Departamento de Educação. Este, em contrapartida,

solicitou ao diretor da FFCL a instauração de sindicância para que se apurassem as responsabilidades com relação aos sucessos do CA.

Aprovada pela Congregação da FFLCH, a Comissão de Sindicância sobre os acontecimentos do CA foi instituída em 6 de dezembro de 1967. Foram ouvidos trinta depoentes - diretores, professores, pais e estudantes -, tendo vários deles comparecido a quatro sessões. Assim, a tarefa foi se desdobrando até janeiro de 1969, não tendo sido emitido nenhum parecer sobre o volumoso processo,¹⁰ atropelado pelo AI5, pela cassação de professores e pelas discussões e lutas políticas em torno da reforma universitária. O conjunto de documentos reunidos pela Comissão de Sindicância e os depoimentos a ela prestados constituem importante dossiê sobre a crise. Sob muitos aspectos permite compreender como a situação política da FFCH acabou por agravar consideravelmente a situação do CA.

Imprensa e crise do CA

O noticiário de jornais não se limita a uma simples constatação do vivido, entre o acontecimento e o texto publicado há diversos mecanismos de apreensão do real: o ponto de vista do reporter-observador, a redação do noticiário, a edição do texto, editoração e arte, imagens do ângulo do fotógrafo, escolha das imagens, espaço disponível e posição política do jornal. Todos esses procedimentos acabam por criar um outro fato, que ordena os acontecimentos de acordo com uma certa representação simbólica da realidade.

A narrativa elaborada é necessariamente fragmentária, seletiva e subjetiva, contendo em si mesma uma versão própria dos acontecimentos condizente com condições tecnológicas e políticas que influem na concepção da apresentação gráfica jornalística:

A invenção da informação transformou os textos, pelo menos o texto do jornal francês no final do século XIX. A escrita literária e política, que nele era dominante, exigiam textos longos que impunham aos jornais páginas cinza e monótonas. A escritura dos fatos fragmentou o discurso da imprensa em seqüências curtas e heterogêneas cuja

¹⁰ Foram indicados para integrar a Comissão de Sindicância os Profs. Eduardo d'Oliveira França Presidente, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Antonio Brito Cunha e Armando Toniolli, Antonio Cândido de Mello e Souza, logo substituído pelo Prof. Aziz Ab'Saber. Processo n. 2624/67, arquivado na FFLCH, Edifício da Administração. Contém aproximadamente 800 páginas.

*unidade não provém mais da ordem interna do discurso, mas da ordem externa da diagramação.*¹¹

Assim, o texto publicado e sua elaboração sempre estão de acordo com o perfil do jornal que os divulga, em linhas gerais O Estado de São Paulo apresentou uma versão conservadora e reprovativa da ocupação do CA, diferente da Última Hora, jornal popular, que acentuou a violência da invasão do CA pela polícia e DOPS. Há um componente ético – político que perpassa todas as instâncias de produção e circulação dos jornais, tornando-os agentes históricos de grande importância para compreensão de diferentes conjunturas.

Essas características, naturalmente ligadas à formação de opinião, têm sobre o público influência considerável, ainda mais no caso de jornais diários de grande circulação com grande número de assinantes, que aderem previamente à orientação do jornal. Há, portanto uma interação profunda entre o texto do jornal, a linguagem empregada, os autores do texto e o público ao qual ele se destina:

*Produzir uma informação supõe a transformação de dados que estão no estado difuso, em unidades homogêneas. Um processo que não é a propriedade da mídia. Esta apenas representa o fim de um trabalho social uma formação que começa a montante dos aparelhos propriamente da mídia. A manifestação é apenas um dos múltiplos operadores pelos quais uma sociedade se torna visível a si própria.*¹²

A leitura do material jornalístico, publicado em outubro de 1967, sobre os acontecimentos do CA exemplifica diversas diretrizes enunciadas.

Jornais como Folha de São Paulo, Folha da Tarde, O Estado de São Paulo, Diário da Noite, Última Hora e Diário Oficial apresentaram versões dos acontecimentos muito próximas às lembranças de protagonistas. Poder-se-ia mesmo supor que os textos publicados incorporaram-se à memória construída.

Para melhor compreensão das notícias sobre o CA, impõe-se uma rápida visão dos eventos sobre ensino e movimento estudantil, que mereceram manchetes e ocuparam espaços consideráveis nos jornais a partir de março até novembro de 1967. No início do governo do Gal. Costa e Silva a repressão agravou-se consideravelmente: prisões de estudantes que compareceram ao Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES) /março; extinção de Diretórios Estudantis; protestos

¹¹ Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio Dayrell (org). *O jornal da forma ao sentido*, 2ª ed., Brasília: UNB, 2002, p. 32.

¹² Mouillaud, Maurice. *A informação ou a parte da sombra*, p. 42.Ob.Cit.

dos candidatos excedentes do vestibular da USP, apoiados pelos Diretórios estudantis; tentativas de solução da questão dos excedentes através de convênios com universidades particulares/março; greves de estudantes universitários em diversos Estados /abril; negação das diversas faculdades da USP em receber excedentes; protestos no país contra os acordos MEC-USAID/abril; instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na USP/abril; ocupação de Centros acadêmicos pela polícia militar/abril - maio; ocupação de várias faculdades por estudantes /maio-junho; ampliação de greves e passeatas/junho; protestos de professores da USP contra a intromissão da polícia militar /julho.

Em agosto a situação foi piorando com a prisão de estudantes e padres do convento onde se realizou o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), seguida de manifesto de artistas e intelectuais de apoio aos estudantes e denúncia das arbitrariedades cometidas pela repressão. No Rio de Janeiro, sério atentado contra a sede do Peace Corps propicia declarações alarmantes de agentes do DOPS sobre a existência de comandos suicidas entre os estudantes e planos de ação terrorista nas Capitais. Registrou-se também o paradeiro desconhecido de prisioneiros estudantes e religiosos. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP entrou em greve de protesto pela condenação de estudantes, entre eles Carlos Takaoka, ex-aluno do CA. O reitor suspendeu vários estudantes que ocupavam o CRUSP - Centro Residencial Universitário da USP, provocando reação estudantil que resultou na invasão e depredação da Reitoria. Tornou-se habitual a presença da polícia e de agentes do DOPS no campus universitário. A Universidade de Brasília entrou em colapso com a cassação de vários docentes e expulsão de alunos.

Vários jornais, entre eles Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo deram cobertura praticamente diária à greve dos alunos do CA, fato inusitado por se tratar de uma escola de ensino ginasial e colegial.

Há varias razões que podem explicar tal destaque, entre elas a preparação do congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE), proibido pelos órgãos de repressão. O Departamento de Polícia Federal considerou subversivo o encontro e prometeu abrir imediato inquérito sobre os organizadores. Os estudantes dividiram-se entre os que desejavam um congresso clandestino e aqueles que não viam possibilidades de realizá-lo. As organizações políticas do movimento universitário viram na preparação do congresso da UEE uma ocasião favorável para expandir sua luta contra a ditadura. Como não foi possível realizar o congresso, apoiaram a votação clandestina para eleger

a nova diretoria, cedendo espaços nas universidades para encontros de lideranças e recepção de votos. Posteriormente, algumas urnas seriam confiscadas pela Polícia Federal que as abriu e prendeu os eleitos em 4 de novembro de 1967.

Nos anos 60 a Universidade de São Paulo estava sempre presente nos jornais de circulação diária, que noticiavam concursos, doutoramentos, convênios, eleições de diretores e reitores, vestibulares e visitas de professores estrangeiros. A crise da Universidade de São Paulo tornou-se um dos principais assuntos dos jornais e por ser o CA pertencente à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras foi incorporado ao noticiário.

Somam-se a essas razões, a facilidade de acesso aos jornais de professores da USP, entre eles o chefe do Departamento de Educação da FFCL, Prof. Roque Spencer Maciel de Barros, articulista freqüente de O Estado de São Paulo e diretamente envolvido no conflito do CA. Também na comissão formada por pais, para mediar o embate entre os estudantes e o Departamento de Educação da USP, havia vários profissionais liberais que tinham relações com jornalistas, artistas, políticos e religiosos contrários à repressão.

Deve-se considerar ainda a dinâmica própria dos acontecimentos. Diariamente, de 13 a 28 de outubro, foram divulgados manifestos de professores, alunos e pais, esclarecimentos da Direção, propostas de solução por todos os agentes do processo, comunicados da FFCL e dos alunos da Pedagogia. Realizaram-se diversas assembléias sendo a mais noticiada a que se deu no Convento dos Dominicanos, no dia 21 de outubro, assim comentada pela Folha de São Paulo: *foi a mais tumultuada das assembléias realizadas durante toda a crise. A assembléia mostrou-se então dividida em duas facções: a primeira, dos pais que queriam a volta imediata às aulas, e a outra que defendia a posição de que o retorno às aulas deveria ser acompanhado do atendimento de um mínimo das reivindicações dos estudantes.*¹³

A invasão da escola pela polícia e agentes do DOPS no dia 24, ocorrência incomum, causou polêmica sobre o uso da violência em relação a menores, tendo os jornais publicado depoimentos de policiais, alunos, pais, diretores e professores.

Apesar de curto, o período que intermedeia a desocupação da escola e o fim da greve no dia 27, foi de intensa movimentação em busca de uma saída honrosa para os grevistas, cujos pais não achavam própria uma rendição total à intransigência o Departamento de Educação da USP.

¹³ Folha de São Paulo de 23/10/67.

Radicalizaram-se as dissensões no corpo docente e discente, assim como na comissão de pais. Deputados do MDB tentaram mediar o impasse do CA, principalmente Raul Schwinden e Fernando Perrone, encontrando resistência do Chefe do DE. Depois de muita insistência conseguiram obter do DE um protocolo que concedia aos alunos ter representantes junto à Direção e o Conselho do Colégio, desde que voltassem imediatamente às aulas.

Entretanto, enquanto os entendimentos estavam em curso, nos dias 26 e 27 desencadeia-se um dos fatos mais graves da luta estudantil. O Departamento de Polícia Federal havia proibido a eleição da UEE que vinha se realizando clandestinamente no Mackenzie, com apoio dos estudantes da USP. Os universitários do Mackenzie estavam divididos e seu braço reacionário era o Comando de Caça aos Comunistas. O CCC, como era conhecido, ante a indiferença de policiais e agentes do DOPS, atacou a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, sediada na Rua Maria Antonia, com bombas e tiros, invadindo e depredando o prédio.¹⁴ Pretextando acalmar a situação, a polícia também invadiu o prédio. O relatório policial asseverava ter encontrado armas e material subversivo de toda espécie.¹⁵ Esse momento extremado deixaria marcas indeléveis na memória de professores e alunos da Faculdade. Não foi uma simples coincidência o fato dos alunos do CA retornarem às aulas.

Enquanto os jornais de grande circulação acompanharam passo a passo os eventos, os jornais Folha da Tarde, Diário da Noite e Última Hora circunscreveram-se mais ao momento da invasão do CA, tornando o emprego da violência em questão polemica.

O Jornal da Tarde, do grupo O Estado de São Paulo, publicou fotos de alunos e de policiais na frente do Colégio com várias manchetes: *A crise do Colégio de Aplicação*, com grande destaque da seguinte frase: *O delegado Alcides Cintra Bueno Filho do DOPS, disse em relatório ao Secretario da Segurança, Coronel Sebastião Chaves, que não houve violências no Colégio de Aplicação*. Acrescentava ainda palavras do delegado afirmando que *havia promiscuidade no território livre* do Colégio, *um caso típico para o Juizado de Menores*.¹⁶ No corpo da notícia havia informações bastante equivocadas por falta de perspectiva cronológica correta. Informava, também, que no dia anterior os alunos do CA recorreram à sede do Grêmio

¹⁴ V. Fernandes, Florestan. A questão da USP. São Paulo, Brasiliense, 1984.

¹⁵ Todos os fatos mencionados podem ser seguidos nos jornais: A Folha de São Paulo de 01/3 a 10/11/1967; O Estado de São Paulo de 12/10 a 26/10/1967.

da Faculdade de Filosofia para fazer uma reunião com o objetivo de continuar o movimento. Na assembléia foram lidos diversos manifestos de apoio, provenientes de entidades estudantis e universitárias. Os alunos declararam ao repórter que haviam enviado uma carta ao diretor da Faculdade de Filosofia pedindo sua intermediação, mas isso não se concretizou. Entrevistado, o diretor disse que nunca recebeu a carta a ele endereçada. Essas informações que demonstram a disposição dos grevistas em aproximar-se do Prof. Rosenthal não mereceram destaque, apesar de sua importância, mas o último parágrafo da matéria, ao contrário, suscitou varias cartas de leitores, pois tratava da questão da promiscuidade e da omissão dos pais. Nos dias subsequentes o Colégio passou a ocupar um espaço mínimo no jornal.

Esta grande chamada ocupou a primeira página da Folha da Tarde no dia 20: ***Daqui ninguém nos tira***, abaixo foto de alunos dormindo sobre carteiras com a legenda ***responderemos à violência com violência***. No interior do jornal em letras garrafais lê-se ***Aplicação da greve***. A matéria de $\frac{3}{4}$ de página, ilustrada por fotos, tinha os seguintes destaques: ***Tudo se passa no Colégio de Aplicação, ocupado na base do território livre e fechado, Como estão as coisas no território livre*** seguidos de texto tendencioso onde se responsabilizava a diretoria da escola.

No dia 24, seguindo o mesmo modelo sensacionalista, a Folha da Tarde estampava matéria enfatizando que ***houve espancamento de estudantes*** confirmado por um guarda civil que teria declarado: ***eles apanharam sim, são delinqüentes***. Na mesma página os diretores do CA e da FFLCH afirmavam não ter havido violência. Sob a manchete ***Pediram intervenção*** encontram-se detalhes não mencionados nos demais jornais, que expunham aspectos do comportamento temeroso de membros do Conselho do Departamento de Educação - responsáveis pelo pedido de intervenção ao Secretario da Segurança Pública – que solicitaram um guarda civil para proteger suas residências porque vinham recebendo ameaças. A coluna termina dando os endereços dos ameaçados, talvez um traço de humor do repórter?¹⁷

Expulsos e divididos, os estudantes passaram a ter um porta voz no deputado Raul Schwinden, que apresentou, sem sucesso, uma proposta de acordo ao Departamento de Educação. Nos dias 25 e 26 professores e pais afirmaram que o comportamento dos alunos no território livre tinha sido exemplar não havendo promiscuidade. Condenavam enfaticamente a violência empregada na expulsão.

¹⁶ Jornal da Tarde, 24/10/1967.

¹⁷ Folha da Tarde 24/10/1967, p.5.

A Folha da Tarde deu mais espaço para manchetes e fotos enquanto a Folha de São Paulo destacou pronunciamentos e comunicados, tendo em vista o público diferente dos dois jornais. O matutino visava seus assinantes, identificados como leitores mais instruídos e de posição política progressista, o vespertino visava leitores ocasionais, concorrendo com jornais populares como a Última Hora e Diário da Noite. Diferentemente, o Jornal da Tarde, também voltado para os leitores ocasionais, resumia o noticiário do O Estado de São Paulo acrescentando número maior de imagens e dando espaço destacado à opinião dos agentes da repressão.

O Diário da Noite em todas suas reportagens enfatizava o aparato repressivo, sempre apresentando fotos com policiais ao lado dos alunos. Os maiores interlocutores das reportagens eram os alunos, que tiveram oportunidade de expor suas posições detalhadamente. Em linhas gerais, o noticiário apresentava poucas manchetes, mas todas elas voltadas para os atos dos grevistas. Procurava responsabilizar as autoridades do CA, não dando destaque aos pronunciamentos emanados da Faculdade de Filosofia e da direção do Colégio, acentuando *a inflexibilidade dos educadores e da repressão*.¹⁸

O jornal Última Hora de 20 de outubro asseverou que a diretora dirigira palavras de agressão aos agentes do DOPS e policiais no dia em que os alunos invadiram o prédio. Também fazia crer que os debates sobre a reestruturação do Colégio de Aplicação se vinculavam às normas dos acordos MEC-USAID. Indignada, a diretora refutou essas afirmações em carta dirigida ao redator-chefe,¹⁹ pedindo a publicação do documento, entretanto não foi atendida.

A Última Hora, jornal popular declaradamente contra o golpe militar, tomou clara posição a favor dos grevistas, o que se pode notar por algumas grandes manchetes como: *DOPS invade escola*²⁰, *DOPS veio para bater*²¹, cuja matéria, apesar de conter algumas informações equivocadas, registra frases agressivas dos policiais contra os alunos, colocando-se claramente do lado daqueles que afirmavam ter havido violência na expulsão dos alunos, estampando vários depoimentos nesse sentido. Os redatores insistiram, em todas as reportagens, em mostrar a hostilidade dos policiais em relação ao repórter e ao fotógrafo, prejudicando o trabalho da imprensa.

As repercussões dos acontecimentos ampliaram-se tomando dimensões políticas consideráveis. No Diário Oficial, encontram-se no Diário da Assembléia debates de

¹⁸ Diário da Noite, de 12 a 26/10/1967.

¹⁹ Cópia do ofício cedida pela Prof^a. Julieta Ribeiro Leite, sem data.

²⁰ Última Hora 23/10/1967, p.5.

deputados sobre a repressão e a luta estudantil, protestos contra a Lei de Segurança Nacional, denúncias de atos do executivo evidenciando confrontos dos partidos MDB e ARENA.

O Diário Oficial na sessão Diário da Assembléia transcreveu discursos de Chopin Tavares de Lima, Raul Schwinden, Fernando Perrone, Helio Mendonça e Orlando Jurca, depoimentos de alunos, professores e pais que compareceram à Assembléia, relatórios de deputados que formaram uma comissão informal para visitar o Colégio e tentar uma solução.²² Também entre os deputados as posições foram conflitantes. Isso mostrou a potencialidade política e o alargamento dos círculos sociais envolvidos. Não era mais uma pequena questão de desobediência de alunos. MDB e ARENA tiveram mais um motivo de enfrentamento, explorado pelos jornais.

Em 23 de outubro, o deputado Chopin Tavares de Lima, líder do MDB, ocupou a tribuna para denunciar a repressão aos alunos do CA.²³ O relato do deputado tornou-se referencial para todos os pronunciamentos posteriores:

O jornal Folha de S. Paulo, edição da tarde, de hoje, descreve, em manchete de página inteira, a ação da Polícia do Estado, que invadiu um estabelecimento secundarista e espancou estudantes menores e seus professores. Trata-se do caso eclodido no Colégio de Aplicação, da Faculdade de Filosofia, da Universidade de São Paulo. Os jornais têm tratado da questão e demonstrado que aquela juventude secundarista está conduzindo com muita maturidade o problema ali existente, numa verdadeira escola de democracia.

Alguns professores, agredidos pela posição dos jovens que queriam o diálogo democrático e educacional, recorreram ao DOPS e à Guarda Civil e, na noite de ontem, após os estudantes terem resolvido, em Assembléia, dialogar com o diretor da Faculdade de Filosofia e voltarem às aulas, foi palco, aquele estabelecimento, de uma cena de verdadeiro vandalismo.

É assim que o Governo do Estado, através de sua força policial política, está, na juventude secundarista, criando revoltados, criando homens que vêem que os educadores, seus superiores hierárquicos, se recusam ao diálogo.

²¹ Idem 24/10/1967 capa.

²² Diário Oficial, ano LXXVII, n. 203 de 25/10/67; 204 26/10; 205 27/10; 207 31/10; 209 02/11; 213 09/11.

²³ Diário Oficial. Ano LXXVII n. 203 de 25/10/67, Diário da Assembléia p. 51-52. 236ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 6a. Legislatura, em 23/10/67.

Tenho em mãos um manifesto que os pais de alunos lançaram contra aquelas ocorrências.(...) No entanto, na qualidade de líder da oposição, queria solicitar a V. Exa., Sr. Pres., que pedisse à Comissão de Educação e Cultura da Casa - Comissão Permanente - que faça uma reunião extraordinária e entre em contato com as autoridades, com os estudantes e seus pais - porque aqueles que foram espancados são menores - para conhecer os fatos, e o Poder Legislativo possa, realmente, servir de intermediário, encaminhando a solução.

O discurso teve como referencial maior a Folha de São Paulo e Folha da Tarde, não havendo nenhum questionamento sobre a matéria publicada. O Corpo Legislativo tem em várias épocas, inclusive na atual, utilizado sistematicamente as informações jornalísticas como verdades indiscutíveis, usando-as como prova de seus argumentos. Confirma-se no caso do CA, a forma como as representações jornalísticas tornaram-se fatos novos e adquiriram potencial político próprio.

No mesmo dia, na sessão da tarde, ²⁴o Deputado Chopin Tavares de Lima discursou novamente sobre o CA, tendo sido aparteado várias vezes.

(...) E crianças foram espancadas, menores de 12, 13 e 14 anos foram surrados, puxados pelos cabelos e arrastados pelas escadas. Esta foi a violência que se praticou na cidade de São Paulo e que é inspirada pelas chamadas leis de arrocho, por essa maldita Lei de Segurança que o deputado Leite Carvalhaes quer alterar em vários de seus dispositivos.

Estou informado que o deputado Fernando Perrone está elaborando trabalho de protesto em nome daqueles estudantes e que o deputado Raul Schwinden já tem providências para informar a este Plenário a respeito das irregularidades que se passam naquele estabelecimento.

E, dessa tribuna, tratando da Lei de Segurança, num parêntese absolutamente concernente com a matéria, dirijo um apelo ao MM. Juiz de Menores para que realmente interpele, dentro da sua autoridade de Juiz de Menores da Capital, a pessoa do Sr. Governador, por que a sua polícia política espancou, hoje, crianças?(...) quero desta tribuna dirigir meu aplauso ao jornal Folha da Tarde que teve a coragem de cumprir o seu dever numa época como esta, tendo dedicado hoje uma página inteira a

²⁴ Diário Oficial. Ano LXXVII, n. 204 de 26/10/67, Diário da Assembléia p. 42. 237ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 6a. Legislatura, em 23/10/67.

esse verdadeiro escândalo policial com o espancamento dos estudantes menores de idade.

O deputado Muzeti Antonio Elias, do MDB, pediu um aparte para acusar o governador pela situação:

(...) nos casos de espancamento de estudantes, que se têm repetido com frequência assustadora em nossa Capital, não temos mais condições de apelar ao Poder Executivo, porque não podemos dissociar o Poder Executivo desses espancamentos continuados, já que a nosso ver, é ele, o Executivo, através do seu Chefe, do Governador Abreu Sodré, o maior responsável, o responsável direto por essa continuidade de espancamentos. (...) defendemos a liberdade, e já que S. Exa. prometera liberdade ampla aos estudantes seria melhor que dialogasse com eles, através de elementos credenciados para isso, da Secretaria da Educação, por exemplo, e não mandar elementos do DOPS espancar brutalmente os estudantes, como fez ainda há pouco na Universidade, quando na calada da noite, sem o menor respeito até mesmo pelas moças, que ali dormiam, verificaram-se cenas vandálicas, de verdadeiro banditismo. Portanto, a responsabilidade maior, ou total, cabe exclusivamente ao Governador Abreu Sodré, pelos poderes que enfeixa em suas mãos. (...)

O orador Chopin Tavares de Lima retomou seu discurso para denunciar a irracionalidade da repressão na USP, tendo vários deputados da oposição se manifestado contra a brutalidade da polícia política, enquanto deputados da ARENA, defendiam a ação do governo.

Especialmente para ouvir alunos, professores e pais de alunos do Colégio de Aplicação, a Comissão de Educação e Cultura se reuniu em 25 de outubro, sob a presidência do deputado Raul Schwinden.

Vários alunos narraram as circunstâncias em que foram agredidos e alguns identificaram os guardas pelo número que portavam.

O aluno Sergio Rubinstein leu um comunicado no qual esclarecia vários pontos controversos, afirmando que não houve premeditação na ocupação do prédio e que todas as decisões haviam emanado de assembleias, onde não havia “elementos estranhos”. Quanto aos acontecimentos verificados na madrugada do dia 21 para 22, declarou que os professores do Departamento de Educação manifestaram o desejo de reunir-se com os alunos às 4,30 horas quando não havia no Colégio uma comissão que pudesse responsabilizar-se em nome dos alunos pelo diálogo. Enfatizou que no dia 22

houve uma Assembléia Geral que aprovou uma proposta conciliatória, comunicada à direção:

(...) estabelecia que os alunos do Colégio de Aplicação faziam o Prof. Erwin Rosenthal depositário de sua confiança e que mercê desta condição solicitavam-lhe fosse o fiador do diálogo. Tão logo fosse positivada a aceitação do Prof. Erwin, os alunos abandonariam o Colégio após a Assembléia a ser realizada no dia 23 às 15 horas e que voltaríamos às aulas normalmente a partir do dia 24.

Logo a seguir narrou pormenorizadamente como se desenrolou a desocupação do prédio, as agressões que sofreu, as tentativas de proteger os menores, o diálogo que manteve com os diretores, que nada fizeram para amenizar a situação, tendo ambos declarado: *Nós apenas havíamos pedido o cerco do Colégio.*

O deputado Fernando Perrone perguntou se alguns dos pais presentes entraram no colégio durante a ocupação. Apresentou-se Bernardo Rubinstein alegando que estava, junto com outros pais, aguardando o resultado da apresentação de um ofício que a comissão de alunos estava endereçando ao diretor da Faculdade de Filosofia, Prof. Erwin Rosenthal. *Neste preciso instante aproximaram-se da confluência da R. Gabriel do Santos com Av. General Olympio da Silveira duas viaturas policiais, seguidas de dois carros onde se encontrava elevado número de guardas-civis. Os pais de alunos, que se encontravam na entrada do prédio,(...)apavorados com as sirenes policiais, entraram no saguão principal da escola todos aturdidos. Nesse mesmo instante de seis a oito elementos do Departamento de Ordem Política e Social investiram a pontapés sobre o portão principal da escola, abrindo-o às escâncaras e agredindo sem dó nem piedade todos os que lá se encontravam, ou seja, pais, mães e alguns professores e expulsaram-nos com violência para fora do pátio. (...) Enquanto isso se passava, os mesmos investigadores, acompanhados de vários guardas-civis, ingressaram no prédio: os pais gritavam em socorro dos filhos que se encontravam no interior e as mães gritavam lancinantemente pedindo piedade em relação aos menores que lá estavam. Nada conteve a sanha dos investigadores que, pouco depois, conduziam os menores para fora do prédio empregando indescritível violência. (...) Terminou seu depoimento afirmando que diretores e alguns professores mantiveram-se indiferentes ao que lá se passava.*

A seguir vários depoentes expuseram seu ponto de vista. Contradizendo as alegações de que havia promiscuidade entre os estudantes, pronunciou-se a professora Susana Amaral Cruz Sampaio: *Nós professores, tínhamos um sistema de revezamento,*

para nos manter no prédio. Sempre havia mais de três ou quatro professores presentes. (...) As noites que passei lá estive em conversa com os alunos mais velhos, o que assisti, simplesmente, era uma comovente tentativa de se mostrarem adultos, aqueles adultos que tentamos formar no Colégio de Aplicação, responsáveis por si e por seus atos. Havia dormitórios de meninos e dormitórios de meninas. Os mais novos não conseguiam se manter acordados a noite inteira. Jamais vi qualquer atitude que me levasse à idéia da alegada promiscuidade. (...)

Também tomou a palavra Sérgio Luiz Caetano, repórter do Jornal da Tarde: O que vi foi a preocupação dos alunos em se divertirem vendo filmes, jogando xadrez, no momento em que estive lá. Não vi nessa meia hora ambiente de promiscuidade citado pelo delegado de Polícia. Quanto à sujeira não vi nada, nem quanto a cadeiras quebradas. As viaturas da Polícia só ligaram as sirenes quando estavam próximas do prédio, para causar pânico. Deslocaram-se a baixa velocidade. Eu estava na rua das Palmeiras, corri e cheguei antes da Polícia ao prédio.

Em prosseguimento, ainda testemunharam mães de alunos que presenciaram espancamentos e coerções. Elisabeth Mendes de Oliveira referiu-se a um estudante que foi brutalmente agredido por quatro guardas, que o machucaram e o pressionaram contra a parede externa do colégio, até que uma funcionária do estabelecimento implorou que parassem com aquilo. Está tudo documentado, com fotografias, pela "Folha".

Encerrando a sessão, o deputado Raul Schwinden explicou que havia acertado com o Departamento de Educação uma sugestão de acordo, que iria apresentar na assembléia de pais e alunos, marcada para às 20 horas, na Faculdade de Filosofia: O que ficou assentado na presença do Prof. Roque foi isto: não haverá punição para os professores, nem alunos até a data de hoje. A diretora retira a polícia desde que os estudantes se comprometam, por escrito, a não reocupar o prédio. Se reocuparem o prédio o Departamento entregará o caso à justiça para resolver. A comissão encarregada do anteprojeto de estruturação do Colégio de Aplicação recebe sugestões por escrito dos alunos, sugestões que serão enviadas à Profa. Amélia Americano, encarregada da elaboração do anteprojeto. A diretora propõe-se a receber uma comissão composta de representantes de classe para conversar sobre os planos de suas atividades dentro da escola depois que entrarem em aula e aceita a assessoria de um aluno indicado pelo DECA.

Enquanto se tentava um acordo, os policiais foram retirados da frente da escola e, desobedecendo às ordens da comissão de greve, vários alunos retornaram às aulas. A greve terminou oficialmente no dia 25 de outubro, em uma assembléia onde se votou a continuidade do movimento ou a volta imediata às aulas; os continuistas foram vencidos.

O CA deixou de ser notícia importante quando o CCC, localizado no Mackenzie, atacou a Faculdade de Filosofia, fato que passou a ocupar espaços prioritários nos jornais.

Uma leitura possível

Durante muito tempo vista com desconfiança pelos historiadores, hoje a imprensa é um dos mais importantes documentos de época, pela pluralidade de representações sociais que engloba. Como todos os demais documentos históricos, a imprensa possibilita diferentes leituras de aspectos objetivos e subjetivos da história imediata, no mesmo ritmo vertiginoso do acontecer. Na contemporaneidade, seu poder torna-a objeto de pesquisa obrigatório, principalmente quanto ao alcance de suas repercussões geradoras de novos fatos, campo ainda pouco explorado, apesar de há muito definido.

A estreita correlação das notícias com a política se realiza, principalmente, através da história e das manifestações discursivas. Excetuando os editoriais e artigos assinados, as matérias do noticiário se constituem em um segundo ou terceiro ou quarto texto, pois o primeiro texto pertence a instituições ou pessoas que geraram a informação. Levando essa idéia ao extremo, Antonio Fausto Neto chega mesmo a afirmar que o jornalismo é *uma espécie de agente ventríloquo da política*²⁵.

Encontra-se, também, a interdependência entre política, noticiário e reportagem na rotina da produção dos jornais.²⁶ Há sempre alguém encarregado nas redações de ler e resumir o Diário Oficial dos Estados e da União para sugerir pautas. Nas capitais há concentração de jornalistas porque é da burocracia oficial que brotam as notícias de importância e, principalmente, onde se encontram informantes qualificados ou, no jargão jornalístico, “fontes oficiais”. No período da ditadura militar, *essa tendência foi*

²⁵ Telejornais e a produção da política...in Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio Dayrell (org). *O jornal da forma ao sentido*, 2ª ed., Brasília: UNB, 2002, p. 521.

²⁶ Adghirni, Zélia Leal. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. Idem, p.454.

*ainda mais reforçada, (...) pois a centralização do poder e a censura direta ou indireta na mídia não deixava alternativa aos jornalistas.*²⁷

Os jornais pesquisados construíram a historicidade dos acontecimentos do Colégio de Aplicação tendo em vista um leitor virtual para o qual se destinava o noticiário. Ao leitor do Estado de São Paulo, destinaram-se longas manifestações discursivas das autoridades constituídas, em especial as que emanaram do Departamento de Educação da FFLCH, com o objetivo de demonstrar a ilegalidade da ocupação da escola pelos estudantes, a necessidade de disciplinar a juventude e a intocabilidade das decisões oficiais. O Jornal da Tarde, menos categórico, pensava o seu leitor como alguém que é atraído por grandes imagens e manchetes, seguidas de textos curtos e depoimentos conflitantes, visivelmente recortados. Entretanto, não era apenas um sintetizador das notícias de O Estado de São Paulo, seus repórteres foram os primeiros a fotografar o “território livre” dos estudantes, em ângulos nada complacentes.

Um leitor ávido de informações, progressista e descontente com a ditadura era o alvo da Folha de São Paulo, que nesse período aumentou consideravelmente sua tiragem ao conceder atenção especial às “fontes autorizadas” do MDB e amplo noticiário sobre setores descontentes com o governo. A Folha da Tarde visava um leitor mais jovem, interessado nas insígnias da modernidade e de forte simpatia pelo movimento estudantil, seu discurso e imagens eram francamente favoráveis aos secundaristas e universitários, com a cautela de falar através de suas lideranças. Não é arbitrária a presença de um dos seus repórteres na Comissão de Educação e Cultura da Assembléia, como depoente.

Diário da Noite e a Última Hora produziram notícias e fotografias para um leitor que apreciava imagens de impacto, manchetes garrafais e textos muito curtos com frases de efeito exagerado. Apesar de ambos terem posição francamente favorável aos alunos do CA, incorreram em um dos principais riscos do jornalismo, muito bem apontado por Jean François Tétu: *a comunicação de massa de todos os países tem uma tendência a efetuar um tipo de estereotipagem da opinião pública, o que constitui um importante elemento de estagnação.*²⁸

²⁷ Lima, Venício A. de. Brasília, 30 anos de Jornalismo oficial. Cadernos de Ciências Políticas. Apud Adghirni, Zélia Leal. Ob. Cit., p.455.

²⁸ Tétu, Jean François. Le Monde e Libération em perspectiva. in Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio Dayrell (org). *O jornal da forma ao sentido*, 2ª ed., Brasília: UNB, 2002, p. 201..

O Diário Oficial, pela prática de transcrever pronunciamentos dos deputados, depoimentos de vítimas e testemunhas, permitiu a apreensão do entrelaçamento das diferentes dimensões que constituem a conjuntura política do momento: a solidariedade das forças democráticas, representadas por setores da imprensa, pelo MDB, pelo movimento estudantil e pela repulsa de segmentos sociais ao cerceamento da liberdade.

Pós-escrito: Fim melancólico de uma experiência apaixonante

Em 1968 e 1969 novas crises assolaram o CA, em consonância com a tragédia que se abateu sobre todo o país. Apesar dos esforços dos professores em manter o trabalho didático sem interrupções, protestos se repetiram. Alunos e professores eram chamados para prestar depoimento no DOPS. Após incandescentes debates na Congregação e no CTA, em 1969 foi denunciado o Convênio com a Secretaria de Educação e em 30 de janeiro de 1970 foi publicado o decreto de Desvinculação do Colégio Fidelino de Figueiredo (nome oficial do CA) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

O movimento estudantil, atingido profundamente com a extinção de seus órgãos políticos e com a prisão ou silenciamento de suas lideranças, reagiu heroicamente até os primeiros anos da década de 70 sendo, contudo, sufocado violentamente.